

Transexualidade na educação:
como combater o bullying
Transfóbico na escola



Feito por: Agnes Medeiros Mafra

Sumário

1. Gênero, identidade de gênero e orientação Sexual

1.1 O que é Transexualidade?

1.2 Identidade de Gênero e Orientação Sexual

2. Transexualidade e educação

2.1 Transfobia na escola

2.2 Práticas transfóbicas nas escolas

2.3 Bullying Transfóbico

2.4 Estratégias de prevenção e combate ao bullying transfóbico

2.5 nome social no diário de classe

2.6 uso do banheiro de acordo com o gênero

2.7 uso de uniforme separado por gênero

2.8 aulas de educação física

3 Despreparo dos(as) profissionais da educação do ensino básico e médio para tratar a transexualidade no espaço escolar

4. Atividade prática pedagógica: Linha do Tempo da Transexualidade: Uma Viagem Cultural e Histórica

Apresentação

Este caderno temático pode ser complementado com atividades práticas, estudos de caso e sugestões de leitura para aprofundar os conceitos, buscando sensibilizar a comunidade escolar, e a importância de acolher e respeitar a diversidade de gênero, promovendo um ambiente seguro e inclusivo para todas/os as/os estudantes, independentemente de sua identidade de gênero.

O objetivo desse caderno temático é promover uma sensibilização da comunidade escolar para a importância de acolher e respeitar a pluralidade de identidades de gênero, criando um ambiente seguro, acolhedor e inclusivo para todas/os as/os estudantes.

Esse caderno é elaborado pensando nas/os alunas/os do Ensino Médio - mas não se restringe ao ensino médio-, que apresenta como uma construção de espaços de diálogo e empatia, contribuindo para o respeito às diferenças e valorização do potencial individual, independente da sua identidade de gênero.

É de extrema importância que este material possa servir de inspiração para ações transformadoras e despertar a compreensão de que a inclusão é um caminho que o coletivo deve trilhar, em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

1. Gênero, identidade de gênero e orientação Sexual

O primeiro módulo tem como objetivo apresentar os conceitos centrais de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, que são fundamentais para a compreensão da diversidade dos aspectos sexuais da humanidade - fornecendo uma base para entender as diferenças.

1.1 O que é Transexualidade?

A transexualidade se refere a uma pessoa que não se identifica com o gênero atribuído no momento do nascimento, geralmente associado ao sexo biológico. Os cidadãos transexuais podem buscar uma transição de gênero, que pode envolver - ou não- mudanças físicas, sociais e legais, alinhando sua identidade com a expressão do gênero a qual ela/ele se sente mais confortável (MÔNICA, 2021).

A transição de gênero não define a transexualidade de forma rígida, ela é flexível e maleável, se enquadrando a cada cidadão de maneira em que ela se sinta bem e confortável consigo mesma. Muitas indivíduos transexuais não têm acesso ou não desejam realizar intervenções hormonais e/ou médicas, e isso não faz com que esses sujeitos tenham sua identidade de gênero inválida, muito pelo contrário, ela é válida e digna de respeito. O mundo é plural e heterogêneo, as pessoas têm suas diferenças e todas(os) sem exceção merece respeito e dignidade (SILVA et al., 2024).

1.2 Identidade de Gênero e Orientação Sexual

A identidade de gênero é relativa à percepção interna que uma pessoa tem sobre si mesma, relacionada ao gênero em que ela/ele se identifica, podendo ou não coincidir com o sexo biológico. Tal processo é uma experiência pessoal e de profundo conhecimento sobre si e sobre experiências que influenciam o pertencimento e o reconhecimento no mundo. As diferenciações de gênero podem ser representadas pelo espectro masculino, espectro feminino e pela combinação destes espectros ou de nenhum deles (no caso de indivíduos não-binárias, que não se enquadra no binarismo de gênero que é “ditado” pela sociedade em que vivemos) (AYOUCHE, 2015).

Como foi falado sobre a identidade de gênero, é inevitável não deixar de falar sobre a expressão de gênero, que é a forma como a identidade de gênero é expressada de maneira externa, seja por meio de comportamentos, de vestuário, de cabelo, da linguagem corporal e outros aspectos físicos. Porém devemos tomar cuidado, pois nem sempre isso reflete com precisão a identidade de gênero de alguém, e apenas uma das maneiras que ela/ele se expressa perante a sociedade (GONÇALVES; GONÇALVES, 2021).

Já a orientação sexual - erroneamente chamada de opção sexual - é compreendida pela orientação da atração emocional, romântica e/ou sexual que uma pessoa sente em relação a outras, podendo ser caracterizada como:

- Heterossexual: atração por pessoas do gênero oposto;
- Homossexual: atração por pessoas do mesmo gênero;
- Bissexualidade: atração por pessoas de mais de um gênero;
- Pansexualidade: atração por pessoas independente do seu gênero;
- Assexualidade: pouca ou nenhuma atração sexual, porém pode ter atração emocional e romântica.

É de grande importância saber que a orientação sexual não se relaciona com a identidade de gênero, ambos são aspectos distintos, podendo ser notado que uma cidadã transexual pode ser heterossexual, homossexual, bissexual ou pansexual, do mesmo jeito que alguém que se considera cisgênero (se identificar com o gênero atribuído ao nascimento) pode ser hetero, homo, bi ou pan (GONÇALVES; GONÇALVES, 2021).

2. Transexualidade e educação

Este segundo módulo trata da relação entre a transexualidade e o ambiente educacional, já que as escolas têm um grande papel na formação social e cultural das pessoas, incluindo a formação de cidadãos. Tendo isso em mente, é inevitável que os espaços escolares tenham uma abordagem sobre as questões de identidade de gênero, -incluindo todos os aspectos que os cercam-, que devem ser amplamente discutidas, compreendidas e combater qualquer tipo de violência e preconceito. Entretanto, quando olhamos na prática, muitas vezes as(os) estudantes transexuais enfrentam discriminação e preconceito nos espaços escolares, tanto das(dos) alunas(os), quanto das(dos) professoras(es) e funcionárias(os) do corpo escolar, tornando-o um ambiente hostil (CANNONE, 2020).

A relação entre transexualidade e educação é essencial nos debates sobre direitos humanos e igualdade, destacando a necessidade de transformar as escolas em um espaço de acolhimento e respeito à diversidade. Os(as) estudantes transexuais enfrentam desafios significativos, como o desrespeito à identidade de gênero, resistências ao uso de nome social, imposições relacionadas a uniformes e banheiros, além de bullying e exclusão social. Esses fatores, decorrentes de uma transfobia estrutural, levam a altos índices de evasão, comprometendo o acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho, além de impactarem gravemente a saúde mental dessas pessoas (SIQUEIRA; WELTER, 2024).

Apesar dos obstáculos, iniciativas como projetos pedagógicos inclusivos, grupos de apoio LGBTQ+ e ações de conscientização têm demonstrado que é possível criar ambientes escolares mais acolhedores. Quando as práticas educacionais valorizam o respeito e a diversidade, a escola se torna um espaço igualitário, promovendo o aprendizado e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa (MENINO-MENCIA et al., 2019).

2.1 Transfobia na escola

No sentido literal, o termo “trans” é utilizado para caracterizar indivíduos transexuais, transgêneros e travestis, enquanto “fobia” significa aversão a algo ou a alguém. Portanto, a transfobia envolve atos de discriminação contra esse grupo, assim como toda forma de intolerância, incluindo comportamentos que pratique da violência física, verbal, psicológica ou moral contra essa população (AYOUCH, 2015).

A transfobia no ambiente escolar reflete preconceitos enraizados na sociedade, manifestando-se por meio de discriminação, hostilidade e exclusão de pessoas transexuais. Essas práticas incluem bullying, invisibilização, negação de identidade e barreiras ao acesso a uma educação de qualidade (AMORIM, 2018).

Os sujeitos transexuais frequentemente enfrentam ambientes hostis, o que contribui para altos índices de evasão escolar. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a maioria das pessoas pertencentes à sociedade trans no Brasil não conclui a educação básica, que limita as suas oportunidades e perpetuando ciclos de exclusão social e econômica. Além do impacto acadêmico, a transfobia afeta gravemente a saúde mental, levando a casos de ansiedade, depressão e, em situações extremas, tentativas de suicídio (BENEVIDES, 2024).

Embora a transfobia seja crime no Brasil desde que o Supremo Tribunal Federal a equiparou ao racismo, a aplicação dessa legislação no contexto escolar enfrenta desafios. A Lei nº 13.185/2015 (Programa de Combate à Intimidação Sistemática) voltada ao combate ao bullying, é relevante, mas insuficiente diante da naturalização de práticas discriminatórias. Alguns avanços como a adoção do nome social mostram progresso, mas encontram resistência de gestores, educadores e famílias, intensificada por discursos conservadores que deslegitimam debates sobre gênero e sexualidade (FRANCO, 2018).

A escola tem um papel essencial na formação de cidadãos críticos e na promoção da igualdade, e incorporar temas sobre identidade de gênero e diversidade nos currículos, capacitar professores e garantir materiais pedagógicos inclusivos, são medidas fundamentais para combater a transfobia. Além disso, programas de sensibilização, palestras e projetos que deem visibilidade às pessoas trans têm mostrado resultados positivos. Criar espaços seguros de escuta e acolhimento é crucial para transformar a escola em um ambiente verdadeiramente inclusivo, onde estudantes trans possam se desenvolver plenamente e com dignidade (MOURA; ZIBETTI, 2023).

2.2 Práticas transfóbicas nas escolas

As práticas transfóbicas nas escolas incluem ações e omissões que geram exclusão e discriminação de alunos(as) transexuais, com comportamentos e políticas que desrespeitam ou invalidam a identidade de gênero de estudantes transexuais. Essa discriminação pode ser explícita, como insultos e bullying, ou implícita, por meio da invisibilização e negligência em relação à diversidade de gênero (CANNONE, 2020). Alguns exemplos de práticas transfóbicas comuns incluem:

1. Negação do nome social: Quando a escola, alunas(os) e funcionárias(os) se recusam a utilizar o nome escolhido pelo indivíduo transexual de acordo com seu gênero, com isso, eles/elas estão reforçando uma prática de negação da identidade de gênero dessa pessoa. Esse ponto é extremamente cruel e prejudicial, pois o nome faz parte da identidade de um indivíduo, e a sua recusa é uma forma de deslegitimar a existência de cidadãos transexuais.
2. Uso dos banheiros e vestiários: Em muitas escolas, as(os) estudantes transexuais não têm acesso a banheiros e vestiários de acordo com sua identidade de gênero, desrespeitando novamente sua identidade de gênero, que - certamente- pode proporcionar situações humilhantes e constrangedoras.

3. Falta de educação inclusiva: A ausência de discussões sobre diversidade de gênero e sexualidade nos currículos escolares, perpetua a invisibilidade e o preconceito, o que por sua vez tende a marginalizar essas pessoas.

4. Uso de uniforme separado por gênero: Se na escola em questão tiver uniformes separados por gênero, é direito da/do aluna/o usar o uniforme de acordo com sua identidade de gênero, inclusive nas aulas de educação física, que geralmente é um ambiente bastante hostil para as(os) alunas(os) transexuais.

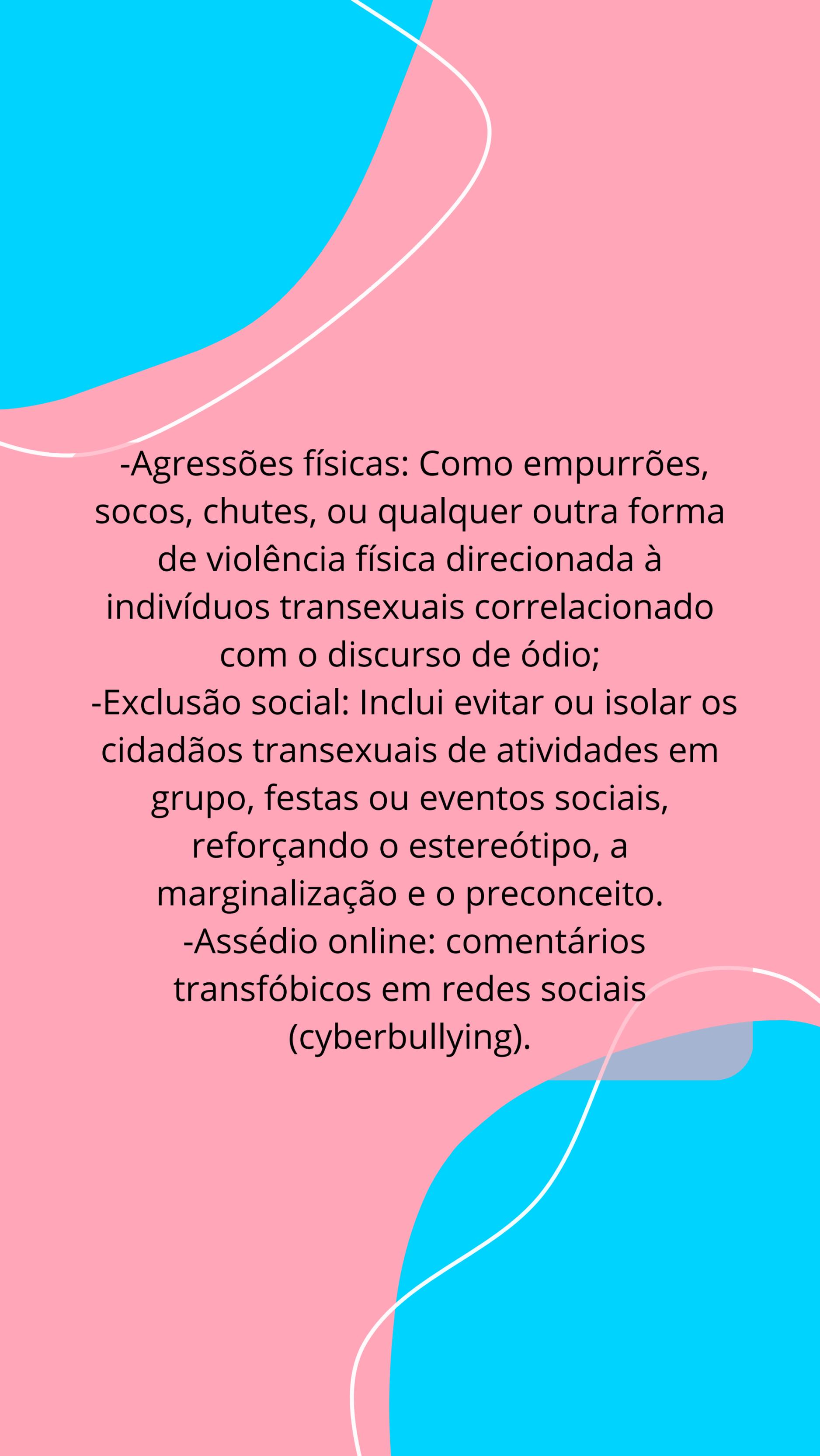
A imposição de normas cisnormativas, como a obrigatoriedade de uniformes e banheiros segregados por gênero, desconsidera as vivências de estudantes trans, enquanto a ausência de debates sobre transexualidade nos currículos escolares perpetua preconceitos. Além disso, a violência verbal, psicológica e física é recorrente, e a falta de políticas institucionais de acolhimento deixa esses jovens vulneráveis e desamparados (SIQUEIRA; WELTER, 2024).

Esses fatores reforçam a exclusão e dificultam a construção de um ambiente escolar seguro e inclusivo, evidenciando a necessidade de práticas que promovam o respeito e valorizem a diversidade de gênero (FRANCO, 2018).

2.3 Bullying Transfóbico

O *bullying* transfóbico é uma das formas mais comuns de violência contra estudantes transexuais no âmbito escolar, envolvendo perseguições, intimidações e a exclusão dessa comunidade por causa de sua identidade de gênero. Reconhecer esse problema é fundamental para desenvolver estratégias que promovam uma educação respeitosa (NASCIMENTO, 2024). O *bullying* transfóbico pode incluir:

-Agressões verbais: Como os insultos, as piadas ofensivas, os apelidos pejorativos relacionados à identidade de gênero e a aparência da pessoa;

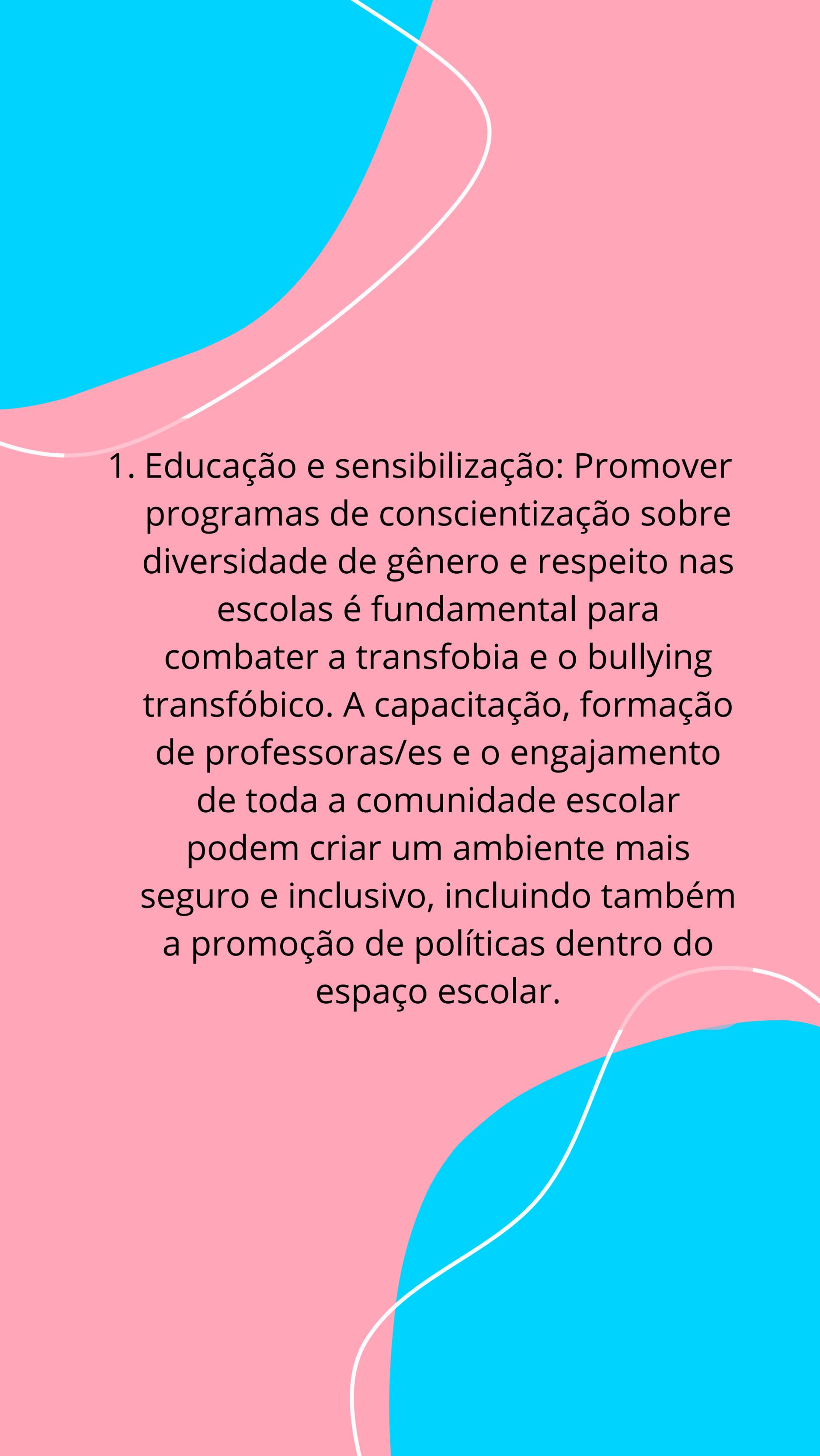
- 
- Agressões físicas: Como empurrões, socos, chutes, ou qualquer outra forma de violência física direcionada à indivíduos transexuais correlacionado com o discurso de ódio;
 - Exclusão social: Inclui evitar ou isolar os cidadãos transexuais de atividades em grupo, festas ou eventos sociais, reforçando o estereótipo, a marginalização e o preconceito.
 - Assédio online: comentários transfóbicos em redes sociais (cyberbullying).

Os impactos do bullying transfóbico são devastadores para a vítima -como qualquer tipo de bullying-, que provavelmente irá apresentar um desgaste emocional e psicológico. Um levantamento da ONG "Transgender Europe" mostra a dimensão desse problema no Brasil, que lidera em violência contra pessoas transexuais. Relatórios da UNESCO também revelam que estudantes LGBTQ+, em especial os sujeitos transexuais, enfrentam altos índices de bullying, o que contribui para a evasão escolar.

O combate ao bullying transfóbico exige esforços conjuntos entre famílias, escolas, governos e sociedade. Projetos educativos, campanhas de conscientização e programas de acolhimento têm se mostrado eficazes na construção de ambientes mais inclusivos (NASCIMENTO, 2024).

2.4 Estratégias de prevenção e combate ao bullying transfóbico

Em geral, o bullying transfóbico pode gerar traumas duradouros, afastar estudantes do aprendizado e alimentar vários preconceitos, e por isso, especificar e implementar estratégias eficazes para prevenir e combater essa prática é fundamental para transformar as escolas em espaços de acolhimento (NASCIMENTO, 2024; RAMALHO et al., 2024). Algumas dessas práticas podem ser descritas como:



1. Educação e sensibilização: Promover programas de conscientização sobre diversidade de gênero e respeito nas escolas é fundamental para combater a transfobia e o bullying transfóbico. A capacitação, formação de professoras/es e o engajamento de toda a comunidade escolar podem criar um ambiente mais seguro e inclusivo, incluindo também a promoção de políticas dentro do espaço escolar.

2. Políticas de tolerância zero ao bullying: Instituir e aplicar políticas rigorosas contra o bullying -tendo como base que o bullying é um crime-, com protocolos claros de denúncia e apoio às vítimas, é essencial para a criação de uma cultura escolar que não tolera nenhum tipo de discriminação e preconceito.

3. Apoio psicossocial: Oferecer um apoio emocional e psicológico para estudantes transexuais é crucial para o seu bem-estar, além de garantir o acesso a espaços seguros dentro da escola.

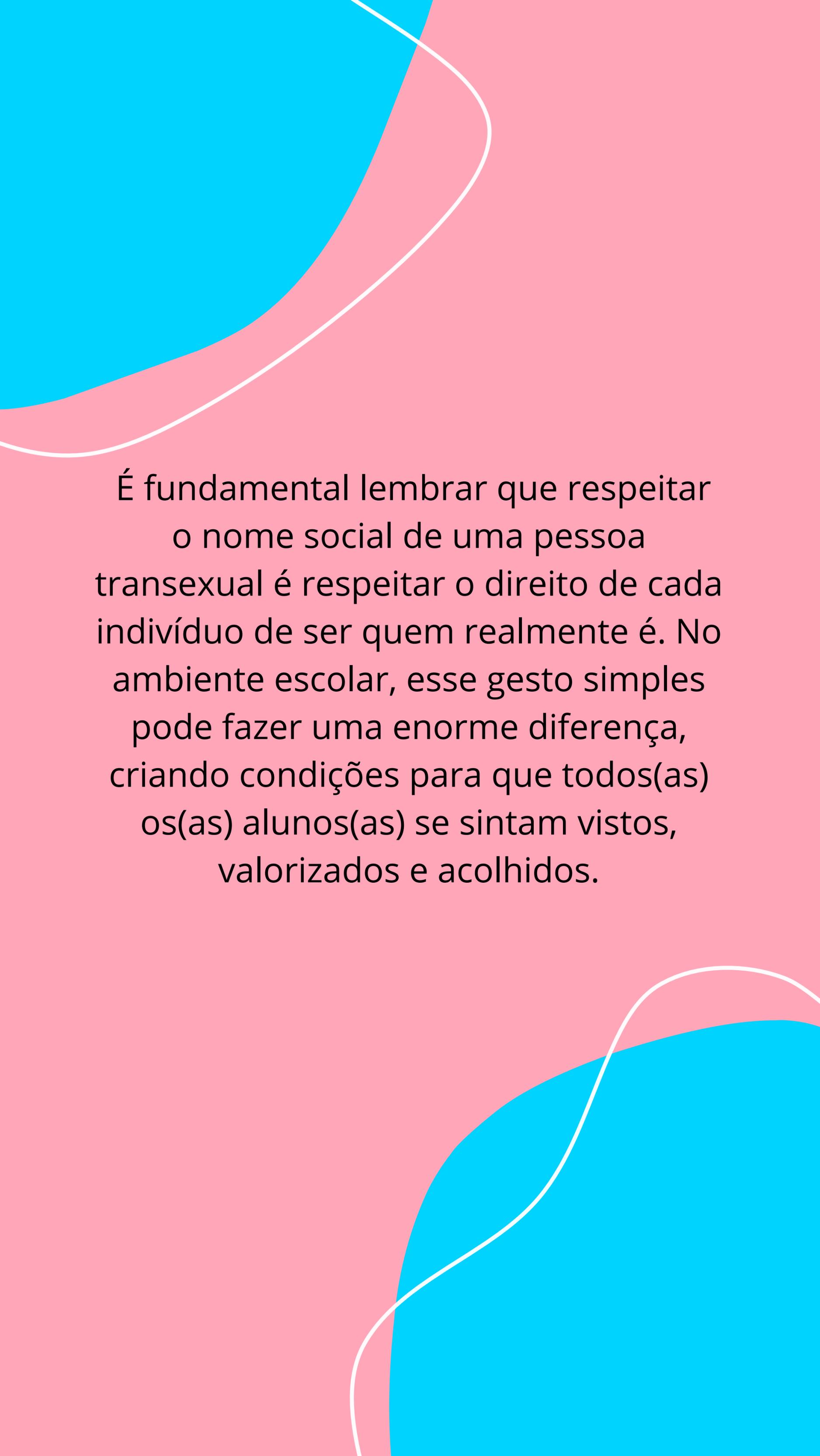
2.5 Nome social no diário de classe

O nome social é o nome pelo qual reflete a verdadeira identidade das pessoas transexuais, com o qual elas desejam ser chamadas no dia a dia, sendo uma oposição ao nome registrado em seus documentos oficiais, que pode não refletir sua identidade de gênero e quem realmente são (SILVA, 2023).

Reconhecer o nome social, especialmente em registros escolares como o diário de classe, é um passo essencial para garantir direitos básicos e promover a inclusão desses sujeitos. No Brasil, esse direito foi assegurado por normas importantes, incluindo resoluções do Ministério da Educação (MEC). Desde 2015, por exemplo, a Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBTQ+ (CNCND/LGBT) estabelece diretrizes para o uso do nome social em instituições educacionais. Além disso, o Decreto nº 8.727/2016 regulamenta o uso do nome social em órgãos e entidades da administração pública federal (FALCÃO, 2017).

No que diz respeito ao espaço escolar, o uso do nome social no diário de classe representa mais do que uma simples adequação administrativa, ela é um gesto que reafirma a identidade de gênero e ajuda a combater preconceitos, reduzindo a evasão escolar e criando um ambiente mais acolhedor. Pesquisas e histórias de vida demonstram que a invisibilidade ou a recusa em utilizar o nome social pode gerar humilhação, constrangimentos, discriminação e impactos negativos na saúde mental de pessoas transexuais. Por outro lado, respeitar esse direito é um ato de empatia que promove o respeito à diversidade e ajuda a construir uma cultura mais inclusiva (ALVES; SILVA; MOREIRA, 2016).

Apesar dos avanços, ainda existem desafios para implementar essa prática de forma ampla, como a resistência por parte de alguns educadores, gestores e familiares, seja por desconhecimento ou por preconceitos enraizados. Além disso, a uniformização dos procedimentos para inserção do nome social em registros escolares, como o diário de classe, pode variar conforme os estados e municípios. Enquanto algumas escolas já utilizam sistemas que facilitam essa inclusão, outras ainda dependem de processos burocráticos ou até do consentimento de pais e responsáveis no caso de estudantes menores de idade (ALVES; MOREIRA, 2015; FALCÃO, 2017).



É fundamental lembrar que respeitar o nome social de uma pessoa transexual é respeitar o direito de cada indivíduo de ser quem realmente é. No ambiente escolar, esse gesto simples pode fazer uma enorme diferença, criando condições para que todos(as) os(as) alunos(as) se sintam vistos, valorizados e acolhidos.

2.6 Uso do banheiro de acordo com o gênero

O direito de utilizar os banheiros de acordo com a identidade de gênero é uma questão central para perpetuar a empatia às pessoas transexuais. No meio escolar e em outros contextos sociais, essa discussão vai além da infraestrutura física, envolvendo questões de direitos humanos, cidadania e inclusão social. O uso de banheiros adequado a identidade de gênero, reconhece o direito dos cidadãos transexuais a viverem plenamente sua identidade, não sendo apenas uma necessidade prática, mas também um marco importante no enfrentamento da transfobia e na construção de ambientes seguros e acolhedores (GASPODINI; NERY, [s.d.]; SANTOS et al., 2024).

Com a ausência de uma legislação nacional que regule especificamente o tema faz com que a questão dependa de normas locais, políticas institucionais e decisões judiciais. Alguns estados e municípios, além de instituições de ensino e empresas, já implementaram medidas que garantem o direito ao uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero, sendo que essas iniciativas são respaldadas por princípios constitucionais, como o direito à igualdade, à dignidade e à não discriminação (ALVES, 2024).

Nas escolas, o acesso ao banheiro adequado é essencial para o bem-estar físico e psicológico de estudantes transexuais. Relatos mostram que negar esse direito pode levar ao isolamento, constrangimento, evasão escolar e até problemas de saúde, já que muitas pessoas evitam utilizar os banheiros quando se sentem inseguras. Por outro lado, o reconhecimento desse direito contribui para a criação de espaços educacionais mais inclusivos, onde todos(as) os(as) estudantes possam se sentir respeitados e valorizados (ALVES; MOREIRA, 2015).

Ainda assim, a resistência à implementação desse direito é significativa. Argumentos contrários ao uso de banheiros por sujeitos transexuais com base na identidade de gênero, muitas vezes são baseados em preconceitos ou desinformação, frequentemente justificando com alegações de "segurança" ou de "privacidade". Tais argumentos carecem de fundamento, uma vez que não há evidências de que o uso de banheiros por pessoas transexuais traga riscos a terceiros (ALVES; MOREIRA, 2015; ALVES, 2024).

Para lidar com essas resistências, algumas instituições têm adotado banheiros neutros, que são acessíveis a qualquer indivíduo, e isso têm sido implementadas em algumas instituições como alternativa para evitar conflitos. No entanto, é importante destacar que essa medida deve ser complementar, e não uma forma de segregação ou exclusão, garantindo que cidadãos transexuais possam escolher livremente entre o banheiro que corresponda à sua identidade de gênero ou o neutro (ALVES, 2024).

2.7 Uso de uniforme separado por gênero

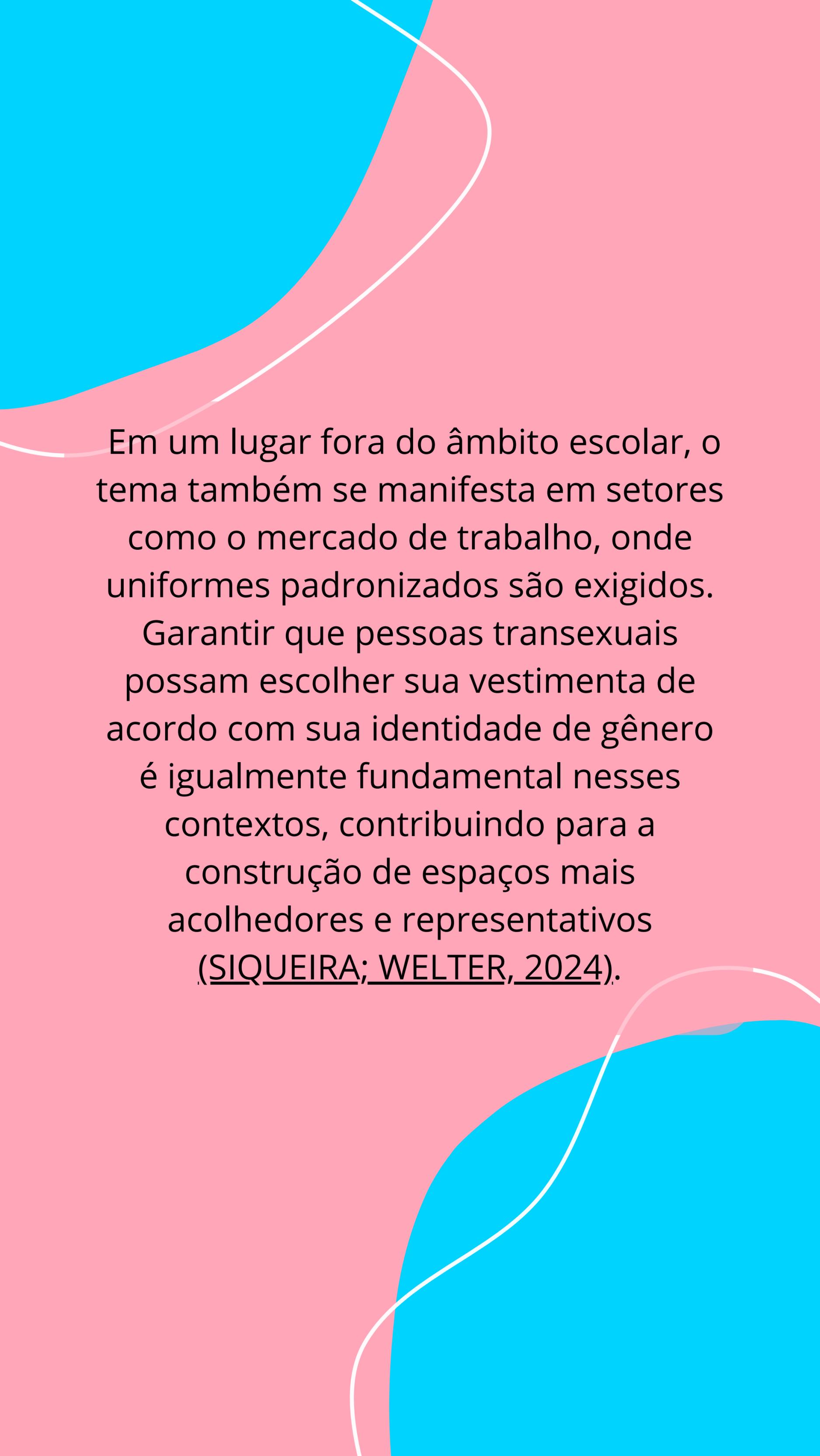
O uso de uniformes separados por gênero nas escolas e em outros contextos institucionais é um tema de grande relevância no debate sobre os direitos e a inclusão de pessoas transexuais. A obrigatoriedade de vestir uniformes alinhados ao gênero imposto no momento do nascimento pode representar uma violação à sua dignidade e um obstáculo para sua plena integração social. O direito de usar o uniforme que corresponda à identidade de gênero é, portanto, uma demanda central na promoção da inclusão (FELISBINO, 2024).

No estado brasileiro, o reconhecimento desse direito está respaldado por normativas que visam à inclusão de pessoas transexuais em diferentes esferas. No âmbito escolar, o uso de uniformes que reflitam a identidade de gênero é abordado em resoluções como a nº 12/2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCND/LGBT), que estabelece diretrizes para o respeito à identidade de gênero em instituições educacionais. Em algumas redes estaduais e municipais de ensino, políticas específicas garantem que estudantes transexuais possam escolher o uniforme conforme sua identidade de gênero, promovendo maior conforto e segurança no ambiente escolar.

Essa questão é especialmente sensível no contexto educacional, onde o uniforme muitas vezes simboliza a integração ao grupo e o pertencimento. No entanto, para estudantes transexuais, a imposição de um uniforme que não reflita sua identidade de gênero pode gerar constrangimentos, exclusão social e impactos negativos na saúde mental, contribuindo para a evasão escolar. Alguns dados indicam que a validação da identidade de gênero, incluindo o respeito à escolha do uniforme, está diretamente associada a melhores índices de bem-estar emocional, autoestima e desempenho acadêmico (MOTA, 2024; RICKEN, 2024).

Em contrapartida, a implementação dessa medida enfrenta desafios, incluindo resistências culturais, preconceitos e a falta de clareza em algumas regulamentações escolares.

Muitas vezes, os argumentos contrários se baseiam em normas tradicionais de separação por gênero - binarismo de gênero-, ignorando as complexidades da diversidade de gênero e os impactos negativos da imposição de regras excludentes. Ademais, algumas instituições têm optado por uniformes neutros, que eliminam a separação por gênero, como uma solução inclusiva para todos(as) os(as) estudantes, independentemente de sua identidade de gênero (MOURA; ZIBETTI, 2023).



Em um lugar fora do âmbito escolar, o tema também se manifesta em setores como o mercado de trabalho, onde uniformes padronizados são exigidos.

Garantir que pessoas transexuais possam escolher sua vestimenta de acordo com sua identidade de gênero é igualmente fundamental nesses contextos, contribuindo para a construção de espaços mais acolhedores e representativos (SIQUEIRA; WELTER, 2024).

2.8 Aulas de educação física

As aulas de educação física, tradicionalmente organizadas por critérios de separação de gênero, representam um desafio significativo para a inclusão de sujeitos transexuais na instituição escolar. Para muitos estudantes transexuais, a forma como essas aulas são estruturadas pode levar a constrangimentos, exclusão ou mesmo evasão escolar, devido à falta de reconhecimento de sua identidade de gênero e ao ambiente muitas vezes marcado por preconceitos e discriminação. Assim, repensar a organização e a abordagem dessas aulas é essencial para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva (ALTMANN, 2015).

No estado brasileiro, as diretrizes legais e políticas públicas que falam dos direitos de pessoas transexuais incluem a necessidade de garantir igualdade de acesso e respeito à diversidade em todas as atividades escolares, incluindo a educação física.

Normativas como a Resolução nº 12/2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCDD/LGBT), orientam que instituições educacionais respeitem a identidade de gênero de estudantes transexuais, permitindo, por exemplo, que escolham participar de atividades físicas com o grupo que reflita sua identidade de gênero.

A prática da educação física vai além do aspecto físico, sendo também um espaço de socialização, desenvolvimento emocional e integração. Contudo, quando as aulas são organizadas de forma excludente - como ao dividir grupos por gênero binário ou impor uniformes e atividades que desconsiderem a diversidade de identidades-, estudantes transexuais podem sentir-se vulneráveis e deslocados (MENINOMENCIA et al., 2019).

Por outro lado, a inclusão dessas pessoas nas aulas de educação física enfrenta barreiras significativas, como a falta de capacitação de professores para lidar com a diversidade de gênero, resistências culturais e preconceitos por parte de outros estudantes e suas famílias.

Argumentos contrários à inclusão de pessoas transexuais geralmente citam questões de "desempenho físico" ou "competitividade", especialmente em esportes de competição, mas ignoram o objetivo principal da educação física escolar, que é promover a saúde, a integração social e o desenvolvimento integral de todos(as) os(as) estudantes (ALTMANN, 2015; MOTA, 2024).

Muitas escolas e educadores têm adotado estratégias inovadoras para tornar as aulas de educação física mais inclusivas. Entre essas práticas, destacam-se:

- A flexibilização das regras de divisão por gênero, com base em interesses e habilidades, e não em identidade de gênero.
- A criação de atividades e dinâmicas que envolvam todos(as) os(as) alunos(as), valorizando a cooperação em vez da competição.
- A implementação de vestiários unissex ou privados, assegurando privacidade e segurança para todos(as) os(as) estudantes.
- A formação continuada de professores, capacitando-os a abordar questões relacionadas à diversidade de gênero com sensibilidade e respeito.

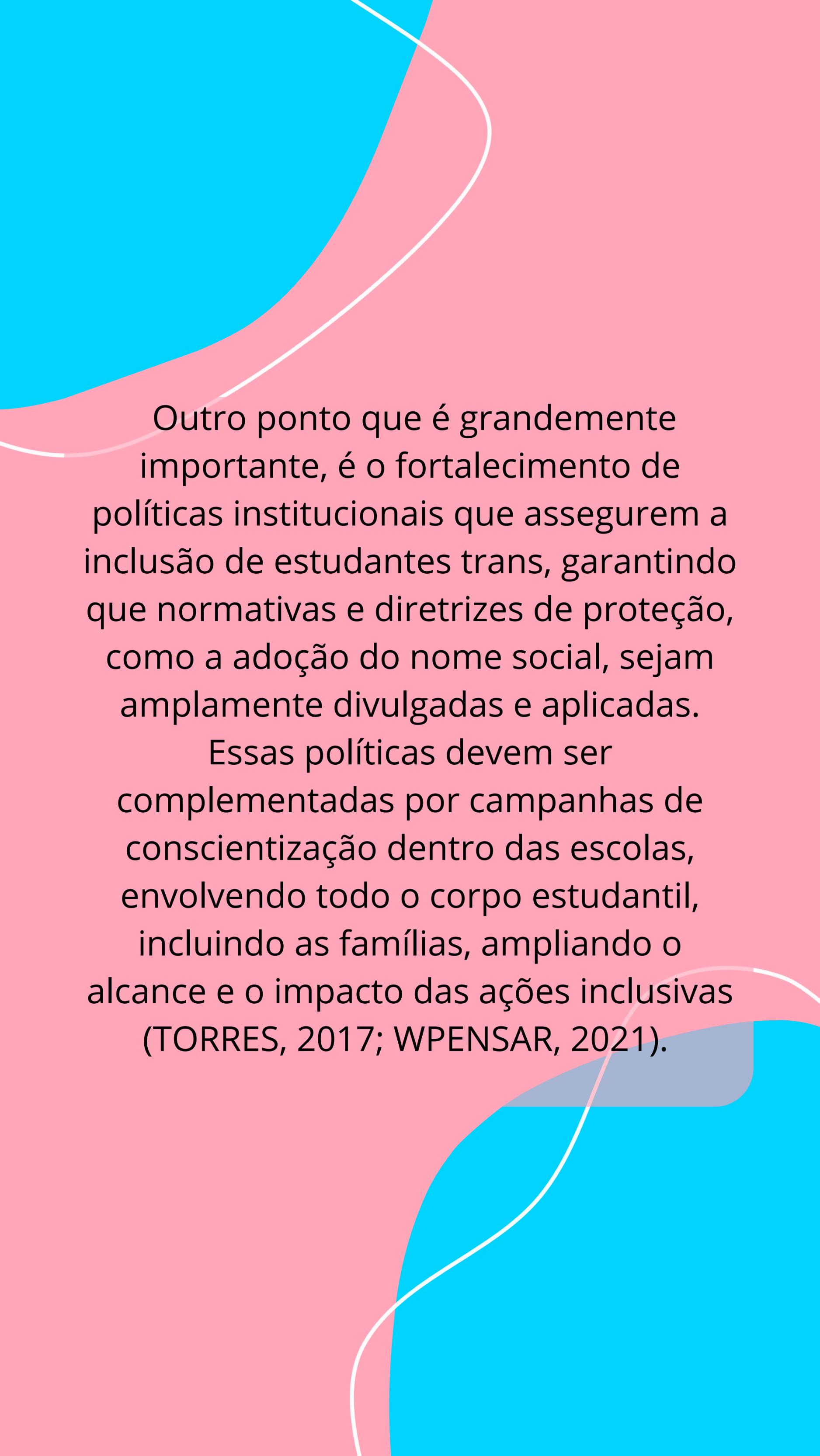
Revisitar a educação física escolar sob essa perspectiva é um passo fundamental para garantir que ela cumpra seu papel de promover a inclusão, o respeito e o bem-estar

3. Despreparo dos(as) profissionais da educação do ensino básico e médio para tratar a transexualidade no espaço escolar

O despreparo de profissionais da educação básica e média para abordar a transexualidade nas escolas reflete falhas na formação inicial e continuada desses educadores. Muitos não recebem orientações específicas sobre diversidade de gênero, o que perpetua preconceitos e dificulta a implementação de práticas inclusivas. Essa falta de preparo impacta diretamente o acolhimento de estudantes transexuais, que frequentemente enfrentam exclusão e desrespeito no ambiente escolar (GASPODINI; NERY, [s.d.]; SOUZA; BERNARDO, 2014).

Entre os principais desafios estão a resistência de educadores em usar o nome social e pronomes adequados, mesmo com normativas que asseguram esse direito. Muitos desconhecem como lidar com questões práticas, como o uso de banheiros ou uniformes, ou como abordar o tema de maneira pedagógica, temendo polêmicas ou por falta de conhecimento. A ausência de conteúdos sobre diversidade de gênero nos currículos e a falta de políticas institucionais reforçam essa situação, enquanto discursos conservadores que deslegitimam debates sobre gênero e sexualidade agravam o problema, inibindo avanços (MARIA, 2021).

A introdução de capacitações que tratem de aspectos como o uso correto do nome social e pronomes adequados pode ajudar os(as) educadores(as) a compreenderem a importância dessas práticas para o bem-estar e a dignidade dos(as) estudantes trans. Além disso, a formação pode incluir orientações sobre como lidar com situações práticas do cotidiano escolar, como o acesso aos banheiros e uniformes de acordo com a identidade de gênero e o bullying transfóbico, oferecendo suporte para que essas questões sejam tratadas de maneira natural e respeitosa. Para poder transformar essa realidade, é essencial investir em capacitação continuada, com foco em temas como diversidade, gênero e direitos humanos. Programas educacionais voltados à inclusão são indispensáveis para criar um ambiente escolar que respeite e valorize todos(as) os(as) estudantes, promovendo aprendizado e igualdade (MARIA, 2021; SILVA, 2016). Ademais, uma abordagem pedagógica que explore a história e a cultura da transexualidade influenciará a sensibilização e o respeito entre alunos(as) e educadores(as).



Outro ponto que é grandemente importante, é o fortalecimento de políticas institucionais que assegurem a inclusão de estudantes trans, garantindo que normativas e diretrizes de proteção, como a adoção do nome social, sejam amplamente divulgadas e aplicadas.

Essas políticas devem ser complementadas por campanhas de conscientização dentro das escolas, envolvendo todo o corpo estudantil, incluindo as famílias, ampliando o alcance e o impacto das ações inclusivas (TORRES, 2017; WPENSAR, 2021).

4. Atividade prática pedagógica: Linha do tempo da transexualidade: uma viagem cultural e histórica

Objetivo da atividade:

Proporcionar as(os) alunas(os) a compreender que a transexualidade não é um fato recente, mas sim uma realidade que foi percebida, vivida e reconhecida em diferentes épocas e culturas ao longo da história da humanidade. Com isso, é possível reconhecer que a expressão de identidade de gênero faz parte de uma trajetória de diversos povos e sociedades, enriquecendo o diálogo sobre respeito e inclusão no ambiente educacional.

Público-alvo: Alunas(os) do ensino médio

Materiais necessários:

- Cartolinas, canetas, marcadores;
- Acesso à internet ou materiais impressos sobre diferentes culturas e épocas (pode incluir textos, vídeos, imagens);
- Folhas de papel e canetas para anotações;
- Impressões ou imagens relacionadas a cada cultura e período histórico;
- Cartões ou etiquetas com datas para marcar os períodos históricos

Desenvolvimento da atividade:
1ª Aula: Introdução e pesquisa

1. Introdução: Iniciar a aula com uma apresentação sobre como a transexualidade e a diversidade de gênero são percebidas em diferentes culturas e períodos históricos. Explicar que o objetivo é criar uma linha do tempo que mostre como a transexualidade foi percebida e vivida em diferentes culturas e períodos históricos.

2. Divisão dos grupos de pesquisa: Divida as(os) alunas(os) em pequenos grupos e atribua a cada grupo uma época ou cultura específica para pesquisar. Alguns exemplos são:

- Gallae na Roma e Grécia Antigas: Figuras que transcendem os papéis de gênero. Eram sacerdotess da deusa Cibele, que frequentemente rejeitavam seu gênero masculino e viviam como mulheres, realizavam cerimônias extáticas e, em alguns casos, praticavam a castração como forma de devoção à deusa. Essas pessoas eram figuras espirituais respeitadas, mas também alvo de marginalização em alguns contextos históricos (“Como historiadores estão documentando a vida de pessoas transgênero”, 2022; SILVA, 2021).

- Índia e as "Hijras": Comunidade hijra que existe há séculos e tem um papel cultural específico. É um grupo tradicional de pessoas transexuais frequentemente identificadas com um terceiro gênero. Existem registros históricos de hijras na Índia há mais de 4.000 anos, mencionados em textos antigos como o Kama Sutra. Essa comunidade participam de rituais religiosos, casamentos e nascimentos como figuras auspiciosas que abençoam famílias, e desde 2014, o Supremo Tribunal da Índia reconhece oficialmente as híjras como um terceiro gênero, e apesar desse reconhecimento, enfrentam discriminação social, econômica e política ("Como historiadores estão documentando a vida de pessoas transgênero", 2022; CORRÊA, 2020).

- Culturas Indígenas da América do Norte: Two-Spirit (Duas-Espíritos): "Two-Spirit" é um conceito moderno cunhado nos anos 1990 para descrever identidades de gênero e papéis fora do binarismo, reconhecidos por várias tribos indígenas norte-americanas, essas pessoas eram frequentemente vistas como ocupando um lugar sagrado e equilibrado entre o masculino e o feminino, e atuam como curandeiros, conselheiros, líderes espirituais e artistas. Não necessariamente vinculados à orientação sexual, o foco é na identidade de gênero e no papel comunitário, as suas identidades eram respeitadas antes da colonização europeia, que impôs normas cisnormativas e cristãs (ARCO, 2024; FERNANDES, 2014).

- Mahus nas Culturas Polinésias: "Mahu" refere-se a pessoas que incorporam características masculinas e femininas, em particular no Taiti e no Havaí. Esse povo tradicionalmente atuava como professores, cuidadores e detentores de conhecimento cultural. Antes da colonização, eram altamente respeitados, e após a chegada dos europeus, a visão sobre Mahus tornou-se mais negativa devido à influência cristã ("A Espiritualidade Queer na Polinésia", [s.d.]; LACOMBE, 2008).

- Fa'afafine em Samoa: Refere-se a indivíduos que não se enquadram no binarismo masculino/feminino, geralmente designados como homens ao nascer, mas que assumem papéis de gênero femininos. Essas pessoas contribuem como cuidadores, professores e artistas na sociedade samoana, e são socialmente integrados e amplamente aceitos, refletem a visão não binária tradicional de gênero na cultura samoana (KANEMASU; LIKI, [s.d.], 2023; POASA, 1992).

- *Burrneshas* na Albânia: Mulheres que assumem papéis masculinos e fazem votos de celibato, em uma tradição que remonta aos séculos XV e XVI. Se tornar uma *burrnesh*a era uma forma de acessar direitos e privilégios masculinos em uma sociedade patriarcal, são socialmente aceitas como homens, exercem funções e papéis exclusivamente masculinos. Na atualidade tornou-se rara, mas ainda é observada em algumas comunidades rurais da Albânia (GARCÍA VIDAL, 2022).

- *Wè e Igbos na sociedades da África Ocidental: Alguns grupos, como os Igbos da Nigéria, reconheciam papéis de gênero fluidos, com mulheres ocupando posições tradicionalmente masculinas, como chefia de clãs. Alguns orixás ou deidades eram representados com características de gênero andróginas ou fluidas* ("Women are Different": colonialismo e educação de meninas igbos na literatura de Flora Nwapa | Semantic Scholar, [s.d.]).

- *Xaniths em Omã (Oriente Médio): Homens que adotam comportamentos femininos e desempenham um papel de gênero intermediário, e atuam frequentemente como artistas e anfitriões em eventos sociais. São aceitos em sua cultura, mas permanecem limitados dentro de um contexto social islâmico (Port Harcourt Journal Of History & Diplomatic Studies”, [s.d.]).*

- *Período colonial do Brasil, quem foi a Xica Manicongo: Xica Manicongo era uma escravizada trazida ao Brasil no século XVI. Ela é mencionada em registros históricos como uma pessoa designada homem ao nascer, mas que se vestia e expressava como mulher, ela foi alvo de julgamento e punição pela Inquisição Católica acusada de sodomia, que via sua expressão de gênero como um desvio moral e uma ameaça à ordem colonial. Ela representa a intersecção de raça, gênero e classe no contexto da violência colonial ("De Manicongo a Manicongo: saberes travestis", [s.d.]; FELICIANO, 2023).*

- *Europa do século XIX e XX: Primeiros registros de pessoas trans em busca de reconhecimento e tratamento.*
- *Movimento Trans no século XX: Lutas pelos direitos trans e avanços na aceitação e reconhecimento.*

As(os) alunas(os) devem pesquisar e produzir um cartaz ou painel que possa conter:

- Informações sobre como a transexualidade era entendida ou representada.
- Como as pessoas trans eram tratadas na sociedade.
- Havia aceitação ou marginalização dessas pessoas?
- Que papéis ou funções essas pessoas desempenhavam na sociedade?
- Imagens, desenhos ou símbolos que representem o contexto.

Os grupos devem incluir curiosidades ou fatos relevantes e relacionar esses aspectos com o conceito atual de transexualidade.

2ª Aula: montagem e apresentação da linha do tempo

1. Montagem da linha do tempo: As(os) alunas(os) fixam seus cartazes ou painéis em ordem cronológica, para criar uma linha do tempo na sala de aula. Os grupos devem explicar em qual período sua pesquisa se encaixa e quais eram as características mais marcantes da época.

2. Apresentação e discussão: Cada grupo apresenta suas descobertas para a turma, explicando a visão sobre a transexualidade em sua época ou cultura, comparando as diferentes abordagens, destacando as semelhanças e as diferenças.

3. Reflexão coletiva: Concluir destacando a importância de reconhecer a transexualidade como parte da diversidade humana, que sempre existiu e que, em muitas culturas, foi vista de forma respeitosa e integrada à sociedade. Pode ser questionado as(os) alunas(os):

- Como a percepção da transexualidade mudou ao longo do tempo?
- Quais aspectos da história da transexualidade ainda influenciam a forma como a sociedade a enxerga hoje?
- Como podemos usar esse conhecimento para promover mais respeito e inclusão em nossa comunidade?

Avaliação:

- Participação e envolvimento durante as atividades;
- Capacidade de identificar e compreender as diferentes percepções culturais e históricas sobre a transexualidade;
- Capacidade de reflexão e contribuição na discussão.

Esta atividade prática deve possibilitar uma experiência interativa e colaborativa que facilite o entendimento dos(as) alunos(as) sobre a riqueza e a diversidade das experiências transexuais ao longo da história, incentivando uma abordagem mais respeitosa e inclusiva em relação à transexualidade no presente.

Bibliografia:

A Espiritualidade Queer na Polinésia.

Morte Súbita inc., [s.d.]. Disponível em:

<<https://mortesubita.net/queer/a-espiritualidade-queer-na-polinesia/>>.

Acesso em: 27 nov. 2024

ALTMANN, H. Educação física escolar: relações de gênero em jogo. [s.l.] Cortez Editora, 2015.

ALVES, C. E. R.; MOREIRA, M. I. C. Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans)subjetividades em escolas brasileiras. *Quaderns de Psicologia*, v. 17, n. 3, p. 59–69, 31 dez. 2015.

ALVES, C. E. R.; SILVA, G. F.; MOREIRA, M. I. C. A política pública do uso do nome social por travestis e transexuais nas escolas municipais de Belo Horizonte: uma pesquisa documental. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 11, n. 2, p. 325–340, 1 dez. 2016.

ALVES, R. N. Tumulto e segregação trans: a (cis)normatividade de gênero e o judiciário brasileiro nos casos dos banheiros. 5 jul. 2024.

AMORIM, S. M. G. [UNESP. Escola e transfobia: vivências de pessoas transexuais. 22 fev. 2018.

ARCO. Identidade de Gênero Dois-Espíritos: Uma Visão sobre a Diversidade e a Riqueza Cultural Indígena. Disponível em:

<<https://www.ongarco.org/post/identidade-de-genero-dois-espiritos-uma-visao-sobre-a-diversidade-e-a-riqueza-cultural-indigena>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

AYOUCHE, T. Da 'transsexualidade' às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. [s.d.]

BENEVIDES, B. G. (ED.). **Dossiê:**
Assassinatos e violências contra
travestis e transexuais brasileiras em
2023. BRASILIA, DF: Distrito Drag, 2024.

CANNONE, L. A. R. Historicizando a
Transexualidade em Direção a uma
Psicologia Comprometida. Psicologia:
Ciência e Profissão, v. 39, p. e228487, 8
maio 2020.

Como historiadores estão documentando
a vida de pessoas transgênero.

Disponível em:

<<https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2022/06/como-historiadores-estao-documentando-a-vida-de-pessoas-transgenero>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

CORRÊA, O. A. DA S. A Transexualidade
como Terceiro Sexo e a Divindade às
hijras: religião, violência e Estado. Revista
Brasileira de Estudos da Homocultura, v.
3, n. 10, p. 276–294, 31 dez. 2020.

De Manicongo a Manicongo: saberes travestis. Disponível em:
<<https://dippg.cefet-rj.br/pprer/index.php/pt/listagem-de-defesas/436-de-manicongo-a-manicongo-saberes-travestis.html>>.
Acesso em: 28 nov. 2024.

FALCÃO, K. J. NOME SOCIAL DE ESTUDANTES TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: CAMINHOS PARA UMA PEDAGOGIA TRANS-FORMADORA. Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade - Igarapé, v. 5, n. 1, 10 set. 2017.

FELICIANO, K. O. Orgulho de ser travesti: a resignificação da identidade social travesti como estratégia de resistência. Humanidades em Perspectivas, v. 7, n. 16, p. 120–137, 7 jun. 2023.

FELISBINO, D. DE J. Vozes trans na educação: políticas públicas, experiências escolares e linguagens. 17 set. 2024.

FERNANDES, E. R. Homossexualidades indígenas y descolonialidad: algunas reflexiones a partir de las críticas two-spirit. Tabula Rasa, n. 20, p. 135-157, jan. 2014.

FRANCO, N. Transfobia e cotidiano escolar: impactos na relação docente/discente. Revista de Educação Pública, v. 27, n. 65/1, p. 469-486, 30 abr. 2018.

GARCÍA VIDAL, I. (FACULTAD DE D. Conflicto entre costumbre y derechos humanos. Las vírgenes juradas en Albania. 2022.

GASPODINI, I. B.; NERY, J. W. Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento (Cap. 4, p. 61-80). [s.d].

GONÇALVES, M. C.; GONÇALVES, J. P. GÊNERO, IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL: conceitos e determinações de um contexto social. Revista Ciências Humanas, v. 14, n. 1, 25 abr. 2021.

KANEMASU, Y.; LIKI, A. Tecendo “cultura” e defesa política em uma pequena nação insular: Samoa Associação Fa’afafine e samoanos não heteronormativos. Em: [Manual da Sociedade Civil e dos Movimentos Sociais nos Pequenos Estados. \[s.l: s.n.\].](#)

LACOMBE, P. Les identités sexuées et ‘le troisième sexe’ à Tahiti. **Cahiers du Genre**, v. 45, n. 2, p. 177–197, 2008.

MARIA, V. A. TRANSEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: DESAFIOS ALÉM DO CURRÍCULO. Revista Alembra, v. 3, n. 6, p. 117–130, 30 jun. 2021.

MENINO-MENCIA, G. F. et al. ESCOLA INCLUSIVA: uma iniciativa compartilhada entre pais, alunos e equipe escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 23, p. e191819, 4 nov. 2019.

MÔNICA, H. S. **O que é transfobia e como combatê-la? Entenda! Hospital Santa Mônica**, 8 mar. 2021. Disponível em: <https://hospitalsantamonica.com.br/transfobia/>. Acesso em: 27 nov. 2024

MOTA, V. DE O. Adolescentes trans da rede pública de ensino do Distrito Federal: narrativas de diversidade, acolhimento e exclusão. 25 out. 2024.

MOURA, A. R.; ZIBETTI, M. L. T. A ESCOLA PARA TODES? O QUE DIZEM OS ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO DE PESSOAS TRANS. SciELO Preprints,., 5 jul. 2023. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6356>>. Acesso em: 27 nov. 2024

NASCIMENTO, M. C. DO. BULLYING TRANSFÓBICO ESCOLAR. Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, v. 28, n. 61, p. 10-27, 26 jun. 2024.

POASA, K. The Samoan Fa'afafine: Um estudo de caso e discussão sobre transexualismo. Journal of Psychology & Human Sexuality, v. 5, n. 3, p. 39-51, 22 jan. 1992.

Port Harcourt Journal Of History & Diplomatic Studies. [s.d.]

RAMALHO, M. N. DE A. et al. CARTILHA EDUCACIONAL PARA PREVENÇÃO DO BULLYING TRANSFÓBICO NA ESCOLA.

Texto & Contexto - Enfermagem, v. 33, p. e20230170, 6 maio 2024.

RICKEN, S. H. DA R. O que pode um corpo transgênero? Um viés epistemológico a partir da vivencia de homens trans e transmasculinos no espaço educacional.
11 mar. 2024.

SANTOS, J. R. et al. POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES COLETIVAS NA TRAJETÓRIA DE ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS TRANS.
Revista Teias, v. 25, n. 78, p. 338–353, jul. 2024.

SILVA, D. G. DA. O olhar docente sobre a inclusão do nome social na escola: um relato de experiência na formação de professores. bachelorThesis—[s.l.]
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 21 dez. 2023.

SILVA, E. M. DA. Transexualidades e travestilidades no espaço escolar heteronormativo: as respostas da escola a quem desafia as imposições de gênero. 8 jun. 2016.

SILVA, T. G. P. DA et al. EXCLUSÃO DE CORPOS E CORPOREIDADES DISSIDENTES: ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A TRANSEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR. Diversidade e Educação, v. 12, n. 1, p. 1188-1209, 12 ago. 2024.

SILVA, S. C. OS GALLI, SACERDOTES DE CIBELE: REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS FEMININAS E POSSIBILIDADES SOBRE AS PRÁTICAS DE CASTRAÇÃO RITUAL. Notandum, 1 jan. 2021.

SIQUEIRA, E. A.; WELTER, N. K. Novas perspectivas: transexualidade e educação em busca de uma sociedade menos opressora. Alamedas, v. 12, n. 3, p. 132-141, 13 ago. 2024.

SOUZA, H. A. DE; BERNARDO, M. H.
Transexualidade: as consequências do
preconceito escolar para a vida
profissional. Bagoas - Estudos gays:
gêneros e sexualidades, v. 8, n. 11, 2014.

“Women are Different”: colonialismo e
educação de meninas igbos na
literatura de Flora Nwapa | Semantic
Scholar. Disponível em:
**<[https://www.semanticscholar.org/paper/
%E2%80%9CWomen-are-
Different%E2%80%9D%3A-colonialismo-
e-educa%C3%A7%C3%A3o-de-
Cassiano/699e83aa568c7f2526878fbf817
159cbf4abdff5](https://www.semanticscholar.org/paper/%E2%80%9CWomen-are-Different%E2%80%9D%3A-colonialismo-e-educa%C3%A7%C3%A3o-de-Cassiano/699e83aa568c7f2526878fbf817159cbf4abdff5)>. Acesso em: 28 nov.**
2024.